

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2015

(do Senhor Rogério Marinho e outros)

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos senhores: Cid Gomes - Ministro de Estado da Educação, Joaquim Levy - Ministro de Estado da Fazenda, Aloísio Mercadante - Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Nelson Barbosa Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para discussão do pré corte no Orçamento da educação.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com fundamento no Art. 255, do RICD, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão do pré corte no Orçamento da Educação.

A necessidade de comparecimento dos referidos Ministros se dá pela urgência em debater e esclarecer as consequências do recente pré corte orçamentário, da pasta da Educação, na ordem de R\$ 14,52 bilhões de Reais; quais os impactos desse corte; o que significa o corte para o Ministério; como o corte irá afetar o desenvolvimento das metas do PNE; e como o governo chegará ao patamar de investimento de 10% do PIB na Educação no prazo determinado pela lei.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

1. Cid Gomes - Ministro de Estado da Educação;
2. Joaquim Levy - Ministro de Estado da Fazenda;
3. Aloísio Mercadante - Ministro Chefe da Casa Civil e

4. Nelson Barbosa - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Justificação

Em seu discurso de posse a Presidente da República afirmou que o seu governo seria pautado pelo lema “Pátria Educadora”, paradoxalmente, a pasta da Educação é a mais atingida pelos cortes orçamentários anunciados para o ano de 2015. Como conciliar cortes orçamentários com a “pátria educadora”?

O Plano Nacional da Educação – PNE – prevê, de forma clara e objetiva, em sua Meta 20, chegar ao patamar de 10% do Produto Interno Bruto de investimentos na Educação. *In verbis*:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Todos os dados apontam para a necessidade do incremento do investimento e da gestão na Educação brasileira, principalmente, na educação básica. A realidade mostra que o governo está retirando dinheiro da educação, uma atitude impertinente para quem quer alcançar níveis de desenvolvimento educacional minimamente aceitáveis. Vejamos qual é a realidade nacional:

Os resultados da última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA-2012), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que o ensino brasileiro não evoluiu de forma significativa e encontra-se em baixos patamares.

O ranking dos países conforme a média auferida em testes de leitura dos alunos com mais de 15 anos, no PISA, mostra o Brasil em **55º lugar** em um total de 65 países. A média brasileira foi de 410 pontos. Os três países com média mais alta foram China (Xangai), com 570 pontos; Hong Kong, com 545 pontos e Cingapura auferindo 542 pontos.

Na avaliação do desempenho dos estudantes em matemática, a situação é ainda pior. O Brasil ficou na **58ª posição** com média de 391 pontos. Os três melhores foram China (Xangai), com 613 pontos; Cingapura, com 573 e Hong Kong, com 561 pontos.

Como não poderia ser diferente, em ciências os estudantes brasileiros ficaram na **59ª posição**, com média de desempenho de 405 pontos. O topo do ranking ficou com China (Xangai), com 580 pontos; Hong Kong, com 555 pontos de média de desempenho e Cingapura, com 551 pontos.

A educação básica, que deveria ser prioridade nacional com forte participação e investimentos da União, padece com a falta de recursos dos entes federados, que precisam ser auxiliados de forma mais intensa e

pragmática pelo Governo Federal, aliás, que detém a maior parte dos tributos e contribuições. As decisões tomadas pelo governo central apontam para um caminho completamente diverso do necessário para se chegar à “Pátria Educadora”, anunciada aos quatro cantos, pela Presidente da República.

Para entender os caminhos que o Governo Federal pretende seguir para atingir a mínima excelência na área, é preciso ouvir os auxiliares diretos da Presidente, responsáveis pela condução dos cortes e da própria educação.

Sala das Comissões, em de março de 2015.

Deputado Rogério Marinho

PSDB – RN

Deputada Mariana Carvalho

PSDB – RO

Deputado Nilson Pinto

PSDB – PA

Deputado Max Filho

PSDB – ES

Deputado Caio Narcio

PSDB – MG

Deputado Betinho Gomes

PSDB – PE

Deputado Giuseppe Vecci

PSDB – GO

Deputado Bonifácio de Andrada

PSDB – MG

Deputado Izalci

PSDB – DF

Deputado Geovania de Sá

PSDB – SC

Deputado Lobbe Neto

PSDB – SP

Deputada Shéridan

PSDB - RR